



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

28/05/2015 ATÉ 28/05/2015



INDÍCE

1	CAMPANHA	
	1.1 IMIRANTE.COM.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG REI DOS BASTIDORES.....	2
	2.2 SITE O PROGRESSO.....	3
3	JÚIZES	
	3.1 IMIRANTE.COM.....	4
4	PORTAL DO JUDICIÁRIO	
	4.1 SITE MARANHÃO DA GENTE.....	5
5	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	5.1 BLOG ABIMAEEL COSTA.....	6

Participe do debate sobre os 25 anos do ECA e a redução da Maioridade Penal

25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a perspectiva da Redução da Maioridade Penal: avanço ou recuo?

A perspectiva da redução da maioridade penal e os vinte e cinco anos do Estatuto da Criança e do Adolescente estarão em debate nesta sexta-feira (29), a partir das 18h00 no Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

O objetivos dos organizadores do evento é abordar o tema sob diversos matizes e múltiplos olhares, permitindo assim uma visão mais ampliada e crítica sobre a questão. Com o tema "25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a perspectiva da Redução da Maioridade Penal: avanço ou recuo?" o Instituto Florence de Ensino Superior realiza o III Painel Jurídico Florence, coordenado por professores e alunos do Curso de Direito da instituição.

O painel contará com a presença do assessor do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e docente da UniCeub, professor mestre Marlon Eduardo Barreto; da presidente do Conselho Municipal da Criança OAB/MA, Dr. Maria Neuza Ribeiro e do defensor público do Estado do Maranhão, Murillo Carvalho Pereira Guazzeli. Participarão ainda o juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude e membro da Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. José dos Santos Costa, e a promotora da Infância e Juventude e Membro do CAOPIJ, Dra. Fernanda Helena Nunes Ferreira.

Com o tema "25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a perspectiva da Redução da Maioridade Penal: avanço ou recuo?" o Instituto Florence de Ensino Superior realiza o III Painel Jurídico Florence, coordenado por professores e alunos do Curso de Direito da instituição.

Os debates serão mediados pelo professor Miguel Pereira, docente da faculdade e mestre em Políticas Públicas. O projeto de extensão Painéis Jurídicos Florence tem como objetivo central fomentar o debate no âmbito da comunidade acadêmica, acerca de temas atuais e relevantes da seara jurídica que dialoguem com a realidade social.

Câmara da posse ao Prefeito interino de Açailândia Juscelino Oliveira

Após determinação do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Câmara Municipal de vereadores deu posse vice-prefeito no cargo de prefeito interino de Açailândia Juscelino Oliveira (PP). A solenidade aconteceu na noite desta quarta-feira (27), em clima de festa.

Várias lideranças políticas, civis e eclesíásticas do município e região participaram da sessão histórica, que a pedido do presidente da Câmara Anselmo Leandro Rocha, foi presidida pelo vice, Ver. Marcio Aníbal (SD).

A sede do poder legislativo ficou pequena para tantas pessoas que tiveram suas esperanças renovadas a partir dessa tão aguardada mudança de governo.

Em seu primeiro discurso como prefeito, Juscelino fez agradecimentos e destacou a importância da família fazendo uma homenagem ao Filho, o advogado Saulo Pires, que faleceu no último dia 23 de Janeiro do ano em curso, vítima de uma "pneumonia aguda".

O prefeito disse ainda que não vai medir esforços no sentido de diminuir as desigualdades sociais e fazer com que seus municípios possam ter dias melhores, uma vez que estes vinha sendo literalmente "massacrados" pela ex-gestão.

Corregedoria lança campanha de combate ao sub-registro - Imirante.com

Foto: Divulgação/CGJ-MA|

SÃO LUÍS - A Corregedoria da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) lançou, nesta quinta-feira (28), a campanha "Eu Cidadão, com Nome e Sobrenome" durante a realização do 1º Ciclo de Debates sobre Registro Civil de Nascimento e Acesso à Educação Básica.

Na abertura do evento, a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou os trabalhos já realizados até o momento no Maranhão, que foi a unidade da federação que mais avançou no combate ao sub-registro na última década. Mas lembrou que ainda é preciso avançar para erradicar por completo o problema no Estado.

"Entre 2002 e 2013 o percentual de sub-registro no Brasil caiu de 20,3 para 6,7%. Um número que poderia ser comemorado, não fosse a enorme disparidade que ainda persiste entre os diversos estados brasileiros. No caso do Maranhão, que muito avançou, o índice se aproxima de 11%, enquanto há unidades federativas onde essa taxa cai para perto de 1%", afirmou.

Nelma Sarney lançou a campanha dando ênfase à importância da iniciativa frente à realidade ainda encontrada no Maranhão. Ela convidou os órgãos parceiros para somarem esforços no sentido de promover a mobilização estadual pela erradicação do sub-registro e do registro tardio.

"A campanha 'Eu Cidadão, com nome e sobrenome' tem a finalidade de alcançar o interior do Estado, principalmente aquelas localidades mais afastadas dos centros urbanos. Como estratégia de mobilização, a campanha se desenvolverá por meio de agentes de saúde, conselheiros tutelares, educadores e outros agentes sociais que atuam junto a essas comunidades. A proposta é que eles sejam multiplicadores da importância de obtenção do Registro Civil de Nascimento nessas localidades.

"Eu Cidadão, com nome e sobrenome" está alinhada à Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento, do Governo Federal. A campanha visa, ainda, estimular a emissão da 1ª via da Certidão de Registro Civil de Nascimento junto às serventias extrajudiciais (cartórios). A proposta é de que, a partir do lançamento, sejam realizadas ações conjuntas de adesão e incentivo à campanha na capital e no interior.

Também estiveram presentes na abertura o defensor público Thiago Josino de Arruda, os juízes corregedores Tyrone José Silva e Oriana Gomes, o secretário Adjunto de Proteção Social da Semcas, Rodrigo Barbalho Desterro, e a presidente da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão, Mirella Brito Rosa.

MP-MA leva à interdição de farmácia clandestina pela Justiça - Imirante.com

PEDREIRAS - Liminar concedida pela Justiça, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), determinou a interdição das atividades comerciais da empresa F.R. Loiola e Cia Ltda e de Francisco Ronaldo Loiola, Fabrício Lopes Freire Monteiro, Raimundo Nonato Freire Monteiro, na cidade de Pedreiras, interior do Maranhão, devido à fabricação de medicamentos sem registro e falsificados.

Como consequência da decisão, serão suspensos os efeitos do alvará de autorização sanitária, concedido pelo Município de Pedreiras à empresa F. R. Loiola & Cia Ltda, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, determinou ainda que, para dar efetividade à decisão, sejam interditadas e lacradas as dependências da empresa por oficial de justiça, com a apreensão de medicamentos e insumos farmacêuticos armazenados no local.

Foi determinada, ainda, a indisponibilidade dos bens móveis, imóveis e aplicações financeiras em contas bancárias dos implicados, limitada ao montante de R\$ 538.748, equivalente a 10 vezes o valor da nota fiscal de aquisição dos frascos de remédios apreendidos em operação policial realizado na fábrica clandestina em dezembro de 2014.

Entenda o caso

A Ação Civil Pública, ajuizada em janeiro deste ano pela promotora de justiça Sandra Soares de Pontes, teve como referência inquérito instaurado na Delegacia de Polícia Civil de Pedreiras, após denúncia feita à Superintendência da Vigilância Sanitária Estadual (Suvisa), que informou a existência de uma fábrica clandestina de medicamentos.

Em inspeção realizada pela Suvisa, na sede da empresa Ronaldo Medicamentos, os agentes encontraram medicamentos sem registro de comercialização e/ou de comercialização proibida, a exemplo de "tintura de Jalapa Sobral", "aguardente alemã", "gotas do Zeca", "emagresim" e "diabefim". Todos sem registro junto ao Ministério da Saúde/Anvisa.

Além disso, foram verificados depósitos com farta quantidade de ervas, produtos químicos, invólucros, bulas, caixas e apetrechos utilizados para a falsificação.

Audiência de conciliação pode ser agendada por telefone ou internet no Maranhão

Justiça em foco

O Portal do Judiciário Maranhense (www.tjma.jus.br) disponibilizou um serviço gratuito para facilitar o acesso do cidadão aos agendamentos de sessão de conciliação na negociação de acordos entre partes envolvidas em processos judiciais. Por meio do link "Quero Conciliar", é possível marcar uma audiência conciliatória sem sair de casa, de forma rápida e simples.

A ferramenta também pode ser acionada na seção de pesquisa processual (Jurisconsult) do Portal do Judiciário. Ao consultar o processo, a parte pode, a qualquer momento, solicitar a realização de audiência de conciliação. O atendimento é feito também pelo Telejudiciário (0800 707 1581). A ação permite que o juiz responsável pelo processo em questão tome conhecimento do agendamento e defina a audiência de conciliação.

A implantação do link integra o Programa de Conversão de Conflitos em Entendimento, que desenvolve uma série de ações visando estimular a conciliação em processos que tramitam na Justiça e orientar a população sobre o funcionamento e vantagens do uso dos meios alternativos de solução de conflitos, evitando-se, em alguns casos, abertura de novo processo na Justiça.

A ideia é disseminar a cultura da conciliação por meio do atendimento ao público que procura o Judiciário para resolver suas questões, consultar processos, buscar informações.

Outra iniciativa dentro do programa é a Agenda do Consumidor, que permite aos interessados em negociar alguma pendência ou contestação com empresas cadastradas, a oportunidade de enviar eletronicamente, pelo sistema Attende, um pedido automático de conciliação. O sistema pode ser acionado pela internet, telefone ou pessoalmente, em qualquer centro de conciliação.

O agendamento é feito pelo site www.tjma.jus.br (no formulário do sistema Attende), ou pelo Telejudiciário (0800 707 1581 - ligação gratuita). A carta-convite é enviada à empresa pelo por email, contendo todas as demandas abertas no Estado.

Toda negociação é feita presencialmente nos diversos centros de conciliação espalhados pelo Estado. No total são 17 unidades, sendo dois específicos o empresariado (São Luís e Imperatriz). Outros 15 atendem o público geral, em São Luís (no Fórum Des. Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito), FACAM e UNDB); e no interior (em Imperatriz (3), Caxias (2), Bacabal (2), Balsas (1), Chapadinha (1) e Timon (1)).

Ação do Ministério Público provocou o afastamento da prefeita Gleide Santos

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, por unanimidade, na terça-feira, 26, o afastamento da prefeita de Açailândia, Gleide Lima Santos. A decisão baseia-se em Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia, em fevereiro de 2014. A prefeita é acusada de uso indevido de bens públicos e, de acordo com os levantamentos feitos pelo Ministério Público, o total do dano causado aos cofres públicos de Açailândia foi de R\$ 160.315,69.

No mesmo julgamento, foi determinado o afastamento do secretário de Obras, Wagner de Castro Nascimento. O Tribunal também decidiu pelo encaminhamento da decisão ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ao vice-prefeito de Açailândia, Juscelino Oliveira e Silva.

Os desembargadores João Santana (relator), Raimundo Melo e José Bernardo Rodrigues acompanharam, parcialmente, o pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), formulado pelo procurador de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, acatando o afastamento e negando o pedido de prisão.

Fatos - A ação foi motivada pelo uso de máquinas, servidores e pessoal contratado pela prefeitura na realização de serviços na Fazenda Copacabana, de propriedade da prefeita e do marido, Dalvadísio Moreira dos Santos.

Após a denúncia e a confirmação de obras recentes de terraplanagem em locais idênticos aos mostrados em vídeo encaminhado ao Ministério Público, em novembro de 2013, foram ouvidos motoristas a serviço do município de Açailândia. Eles confirmaram a realização de serviços de terraplanagem e melhoramentos em estrada que dá acesso exclusivamente à Fazenda Copacabana. Além disso, foi colocada piçarra no curral da fazenda, atendendo a pedido do marido da prefeita.

O secretário municipal Wagner Nascimento confirmou a existência dos serviços, afirmando que foi ele que escolheu as estradas a serem recuperadas dentro de propriedades particulares, como a fazenda da prefeita. Em seu depoimento, Adão da Silva, que supervisionava a obra, afirmou que os serviços teriam o objetivo de facilitar o escoamento da produção rural e o transporte escolar.

Ficou demonstrado que quatro caçambas, uma escavadeira hidráulica, uma patrol, um caminhão pipa e um veículo de passeio - com seus respectivos motoristas - e vários empregados de empresas contratadas pelo município executaram os serviços dentro da propriedade da prefeita, além de trabalhar, por cerca de 30 dias, no povoado Nova Bacabal, iniciando as obras nas três vias que saem da BR-222 e dão acesso à Fazenda Copacabana. (CCOM-MPMA com informações da Ascom TJMA)